

25 SET 2012

FOLHA DE LONDRINA

TJ quer gastar mais R\$ 1 mi com carros

Veículos blindados serão usados pela Presidência e Corregedoria nas viagens ao interior do Paraná

José Lazaro Jr.
Reportagem Local

*Em março,
tribunal já
havia comprado
90 veículos*

Curitiba - Após desembolsar R\$ 4,5 milhões no início do ano para ampliar a frota do Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná, a administração do TJ quer gastar mais R\$ 947 mil em veículos novos e R\$ 177 mil em blindagem. Diferente da despesa realizada em março, quando foram adquiridos 90 veículos a aproximadamente R\$ 50 mil cada, desta vez o TJ quer comprar apenas cinco utilitários, cujo preço unitário máximo está fixado em R\$ 189 mil.

O edital é detalhado, antecipando que o veículo a ser comprado terá tração nas quatro rodas (4x4), transmissão automática, faróis de xenon e bancos de couro. Quem vencer a disputa para fornecer cinco desses utilitários para a Justiça Estadual deverá possuir rede de assistência técnica consolidada no Paraná, com pronta reposição de peças originais em no mínimo sete cidades do Estado. O documento está disponível para consulta na seção dedicada às licitações na página do TJ na internet.

Pelo valor e características, é possível projetar que o veículo seja semelhante a um Land Rover Discovery 4 SE, ano 2010/2011. O utilitário, na tabe-

la FIPE de junho, estava registrado com o mesmo valor lançado pelo TJ no edital de compra. A licitação

permanece aberta até as 13 horas do próximo dia 2 de outubro, na semana que vem. Provocado pela FOLHA, o TJ informou que os veículos serão usados pela Presidência e Corregedoria nas viagens ao interior do Paraná.

O valor para a blindagem é mais modesto, na casa dos R\$ 117 mil. Neste caso, o TJ remarcou para o dia 8 de outubro a abertura das propostas do pregão eletrônico 50/2012, destinado ao registro de preços para a blindagem de três veículos Megane, modelo 2009, de propriedade do tribunal. A ideia seria dar aos veículos proteção comum no ramo de transporte de valores, com blindagem nível III-A, que resguarda a carroceria e os vidros dos veículos contra projéteis dos calibres 22, 38, 380, 9mm, 357 magnum e 44 magnum.

25 SET 2012

FOLHA DE LONDRINA

Com eleição à vista, Órgão Especial tem seis novos membros

**Eleição para
definir o substituto
de Miguel Kfour
Neto acontece em
novembro**



José Lazaro Jr.
Reportagem Local

Curitiba - A eleição de seis desembargadores para o Órgão Especial do Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná, ontem, definiu o cenário eleitoral para a sucessão de Miguel Kfour Neto, atual presidente do TJ. Ele deixa o cargo neste ano, após eleição interna marcada para o dia 14 de novembro, onde votam os 120 desembargadores. Os 800 juízes ficam de fora do pleito.

Conforme as regras do Tribunal de Justiça, só pode ser candidato aos cargos de presidente, primeiro e segundo vice-presidentes, corregedor-geral e corregedor do TJ quem fizer parte do Órgão Especial. A unidade é composta por 25 membros e trata das questões administrativas, como criação de Varas, promoção de juízes e outras ques-

tões internas, relacionadas à carreira dos 920 magistrados que compõem o TJ em todo o Paraná. Ontem, por exemplo, foi deliberado ali que Londrina terá mais uma Vara da Infância e Juventude.

A presidência do TJ, o cargo de governador do Paraná e o de presidente da Assembleia Legislativa (AL) têm igual relevância dentro de um regime democrático, pois indicam os chefes dos poderes Judiciário, Executivo e Legislativo. Apesar das responsabilidades diferentes, o desembargador Miguel Kfour Neto, Beto Richa (PSDB) e o deputado estadual Valdir Rossoni (-PSDB) administram órgãos cujo orçamento é feito de recursos públicos, obtidos através de impostos e taxas pagas pelos cidadãos.

Na eleição de ontem foram eleitos, para as vagas destina-

das aos magistrados de carreira, os desembargadores Paulo Roberto Vasconcelos, Antônio Martelozzo, Eugênio Achille Grandinetti, Guilherme Luiz Gomes e José Augusto Gomes Aniceto. Na vaga destinada a membros originários do Ministério Público foi escolhido o desembargador Clayton Coutinho de Camargo, que é pai do deputado estadual Fabio Camargo. Eles farão parte do Órgão Especial por dois anos.

O resultado confirmou a apuração da FOLHA, com Guilherme Luiz Gomes e Clayton Camargo na nova composição do Órgão Especial. Ambos estão cotados para substituir Miguel Kfour Neto, assim como a desembargadora Regina Portes que já integrava o Órgão Especial. Jurandy Souza Júnior inicialmente está fora da disputa, tendo ficado com a primeira suplência.

25 SET 2012

FOLHA DE LONDRINA

Prédio de 30 andares é evacuado

Rubens Chueire Jr.
Reportagem Local

Curitiba - Um prédio de 30 andares, onde funcionam alguns gabinetes e outros setores do Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR) e também escritórios de multinacionais, no bairro Juvevê, em Curitiba, foi evacuado na manhã de ontem, por volta das 10 horas, após funcionários perceberem o desprendimento da lajota do piso do 9º andar. O imóvel, que fica na esquina das ruas João Gualberto e Mauá, foi interditado pelo Corpo de Bombeiros.

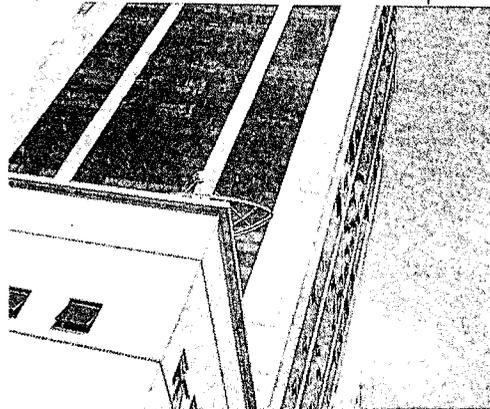
Agentes da Comissão Interna de Prevenção a Acidentes (Cipa) orientaram as pessoas durante a desocupação da estrutura. No local trabalham cerca de mil pessoas e a evacuação durou cerca de meia hora. Há um heliponto na cobertura do edifício, construído há oito anos. Os funcionários ficaram fora da estrutura até o final da vistoria, por volta das 11h30. Os bombeiros não constataram risco de desabamento e o local foi liberado.

Conforme a Comissão de Segurança de Edificações e Imóveis (Cosedi), da Secretaria Municipal de Urbanismo, o

desprendimento da lajota foi causada por uma dilatação térmica que ocorreu por uma mudança brusca na temperatura. Conforme o órgão, quando esfria ou esquenta muito rapidamente num mesmo dia, a lajota ou cerâmica pode levantar, se desprendendo do piso.

"É normal acontecer em estruturas grandes, mas sem nenhum risco. Os bombeiros interditaram o local por questões de segurança, mas depois que o engenheiro da Cosedi foi até o prédio, ficou constatado que não havia risco e as pessoas retornaram aos escritórios", destacou Marcelo Solera, engenheiro da Cosedi.

A Cosedi também informou que, após a avaliação, ficou constatado que nenhum outro andar do prédio sofreu qualquer problema estrutural. Além disso, a Cosedi pediu para os responsáveis pelo prédio do TJPR que entreguem um laudo técnico circunstanciado sobre a estrutura. O TJPR também terá que contratar um engenheiro do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA) para avaliar a estabilidade estrutural do prédio.



Imóvel abriga o Tribunal de Justiça do Paraná e escritórios de multinacionais

25 SET 2012

FOLHA DE LONDRINA

MAZZA

Abalo

O edifício do Poder Judiciário na Mauá viveu momentos de pânico ontem que levou à desocupação do prédio. Detalhe: ali existia unidade de preservação, o prédio histórico da fábrica de pianos Essenfelder, e que foi abolida de penada pela autoridade municipal, acentuando o subjetivismo dessas decisões.

Ribeiro mantém 1ª versão

Em depoimento, ex-prefeito menciona comissão a deputados do RJ

sobre propina e deixa prisão

Ex-prefeito confirma que recebeu R\$ 50 mil de empresários; valor teria quitado dívida de campanha

O ex-prefeito de Londrina José Joaquim Ribeiro (sem partido) conseguiu a liberdade provisória ontem depois de passar quase cinco horas na sede do Ministério Público (MP) e afirmar, pela segunda vez aos promotores de Defesa do Patrimônio Público, que ficou sim com R\$ 50 mil da propina de R\$ 150 mil que pegou de empresários que forneceram uniformes para o município. O ex-prefeito também voltou a incriminar Lindomar Mota do Santos, que foi secretário de Fazenda do ex-prefeito Barbosa Neto (PDT) e ocupou o mesmo cargo em seu curto governo de 50 dias, que terminou com sua renúncia. O restante do dinheiro ficou com Barbosa.

No depoimento, Ribeiro também pede os benefícios da delação premiada e acrescenta pelo menos um fato novo em relação às suas declarações anteriores:

a suposta liberação de verbas por deputados do Rio de Janeiro para Londrina, que já é objeto de investigação do Ministério Público Federal (MPF) e teria motivado a demissão de seu secretário de Obras, Marcello Teodoro. O ex-prefeito diz ainda que utilizou a parte da propina que lhe coube para pagar dívidas de campanha, citando uma empresa de segurança, sem nominá-la.

Na decisão, o juiz da 3ª Vara Criminal, Katsujo Nakadomari, considerou o parecer favorável do MP à liberdade e entendeu que o depoimento "traz à tona importantes elementos de prova quanto à organização criminosa". O ex-prefeito deixou a Penitenciária Estadual de Londrina (PEL 2) por volta das oito da noite.

Ribeiro foi preso na quinta-feira passada em um hotel na praia de Piçarras, em Santa

Catarina, enquanto estava afastado do cargo por licença médica. Ele ficou doente após prestar o primeiro depoimento ao MP, no dia 3 de setembro, numa sala do Fórum de Londrina. Dias depois Ribeiro decidiu mudar a confissão em entrevistas à imprensa, dizendo que não havia ficado com nada. Ele chegou a negar que Lindomar tivesse recebido propina, ao afirmar que os valores teriam sido repassados "integralmente" a Barbosa Neto.

Ontem, porém, o ex-prefeito admitiu que sabia que o dinheiro era ilícito. "Que ao receber o valor de R\$ 100 mil tinha pleno conhecimento de que não foi realizado processo licitatório, já que as empresas tinham sido beneficiadas em ata de registro de preço", afirmou, referindo ao procedimento "carona". "Este foi um fato novo que apresentou", disse o promotor Renato de Lima Castro.

Embora o gerente financeiro da Kriswill, José Lemes dos Santos, tenha dito, em depoimentos, que houve mais entregas de propina a Ribeiro, o ex-prefeito não reconheceu isso ontem. O advogado Ricardo Flores negou outros pagamentos. "Ele pegou R\$ 150 mil, foi repassado, supostamente, R\$ 50 mil ao Lindomar, R\$ 50 mil ao Barbosa, e o

Ribeiro pagou dívidas de campanhas, por isso eu digo que ele não se beneficiou desses valores." A tese da defesa é de que Ribeiro não ficou com o dinheiro, tendo quitado sobras da campanha.

CONTINUA

25 SET 2012

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

De acordo com o advogado de Ribeiro, Ricardo Flores, quando Ribeiro recebeu a primeira parcela, de R\$ 50 mil, dos empresários, o dinheiro estava num envelope fechado e foi entregue a ele como sendo "uma ajuda, era doação". Questionado se o cliente tinha conhecimento da origem ilícita do dinheiro, o advogado respondeu que "ele tinha convicção de que existia sim uma promessa de ajuda, mas dizer que havia uma ilicitude, não posso afirmar desta forma". Sobre a entrega de R\$ 50 mil a Lindomar, "(Ribeiro) foi um boi de piranha", disse Flores, finalizando a entrevista.

Rio de Janeiro

No depoimento, o ex-prefeito também mencionou suposta comissão a deputados do Rio de Janeiro que apresentaram emendas no valor de R\$ 18 milhões para Londrina. Esse fato não é novo. Surgiu durante a investigação da operação Antissepsia, em maio do ano passado, e o que apurou-se até agora é que um assessor dos deputados teria recebido R\$ 1 milhão em duas ocasiões. Os valores teriam sido entregues pelo empresário Wilson Vieira e, juntamente com o assessor dos parlamentares, estava o ex-secretário de Planejamento de Barbosa, Fábio Góes. Tal dinheiro teria vindo de um empréstimo do empresário Sérgio Malucelli ao ex-prefeito Barbosa.

Ribeiro diz ter ouvido falar sobre o envolvimento de Fábio Góes e Vieira, mas revela que, recentemente, Marcello Teodoro lhe comunicou que recebeu a visita de empresários da construção civil "solicitando que assumisse o compromisso de antecipar valores destinados ao pagamento a deputados federais do Rio de Janeiro, que destinariam verbas ao município para a pavimentação de parte da Avenida Saul Elkind". Ainda segundo Ribeiro, Marcello não concordou e pediu exoneração do cargo. Não há outros detalhes no depoimento, que tem três páginas apenas.

25 SET 2012

FOLHA DE LONDRINA

Justiça permite crematório

Londrina - O juiz da 2ª Vara da Fazenda Pública de Londrina, Emil Tomás Gonçalves, julgou improcedente o pedido de moradores que tentavam impedir a abertura de um crematório no Distrito da Warta (Zona Norte). A decisão é datada de agosto e permite o funcionamento do empreendimento na região.

A ação, protocolada no ano passado, relatava que a empresa Crematórios do Brasil Ltda., de Curitiba, iniciou a construção de um imóvel às margens da Rodovia Carlos João Strass (PR-545) sem antes realizar Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV), Relatório de Impacto sobre Meio Ambiente (Rima) e Relatório de Impacto Ambiental Urbano (Riau).

Outra suposta inconformidade apontada pelos moradores indicava que o empreendimento contraria a lei municipal 7.122/97, que instituiu a região como "Rota Gastronômica e Cultural de Londrina", definindo perfis de empresas para se instalarem nas proximidades.

De acordo com a decisão, o Estatuto das Cidades não exige para a atividade de crematório o Riau. E por tratar-se de uma região estritamente rural há dispensa do EIV e Rima. A Prefeitura de Londrina informou ao juízo que a instalação de uma rota gastronômica depende de aprovação prévia da Companhia de Desenvolvimento de Londrina (Codel), o que ainda não foi realizado, e que o novo Plano Diretor não define essa questão.

"Essa decisão deixa a gente mais tranquilo e coloca por terra algumas inverdades ditas sobre o crematório", salientou o sócio-proprietário do Crematorium Londrina, José Dolmiro.

Foi investido cerca de R\$ 1 milhão na construção do crematório, que ainda não tem previsão para ser inaugurado. "Não sei como estão os andamentos das licenças, por isso não dá para precisar uma data (de funcionamento). Certamente se (a obra) não tivesse paralisado, já estaria concluído. Agora temos que recuperar o tempo perdido", afirmou.

Os moradores recorreram da decisão ao Tribunal de Justiça do Paraná. "Vamos recorrer até a última instância. Não entendemos porque ele (juiz) indeferiu (o pedido). A atuação da Prefeitura foi extremamente deletéria para a nossa região, nos prejudicou demais. Isso foi um descaso", criticou o presidente da Associação de Moradores do Distrito da Warta, José Mizael Avelar Odebrecht.

25 SET 2012

FOLHA DE LONDRINA

Bancos apelam à Justiça para enfraquecer greve

Duas instituições conseguiram liminares que impedem grevistas de bloquear entrada e saída de pessoas nas agências

Curitiba - Os bancos começaram a recorrer à Justiça para tentar minimizar os efeitos da greve dos bancários que completa hoje uma semana. Ontem, o Itaú conseguiu uma liminar de interdito proibitório concedida pela 9ª Vara do Trabalho de Curitiba. A multa diária, caso a decisão não seja cumprida, é de R\$ 10 mil. Este recurso utilizado pelos bancos tem como objetivo impedir que os empregados em greve bloqueiem a entrada e saída de pessoas nas instalações das agências ou dificultem a livre circulação e o direito de ir e vir das pessoas.

A juíza da 7ª Vara do Trabalho de Curitiba, Ana Maria das Graças Veloso, também concedeu uma liminar ao HSBC de interdito proibitório. A multa diária para o descumprimento da decisão foi fixada em R\$ 50 mil. Já o pedido de liminar formulado pelo banco Santander foi indeferido pela 13ª Vara do Trabalho de Curitiba, por não ter sido constatado impedimento das pessoas na entrada do estabelecimento. A reportagem entrou em contato com o Sindicato dos Bancários para que comentasse as decisões judiciais, mas não teve retorno até o fechamento desta edição.

Ontem, a greve estava um pouco mais intensa do que na última sexta-feira. No Paraná, estavam fechadas 636 agên-

cias bancárias com 20 mil funcionários em greve. Em Curitiba e Região, eram 337 agências sem funcionamento, 13 centros administrativos e 15,2 mil bancários de braços cruzados ou 85% da categoria. Todas as agências da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil permaneciam fechadas ontem na Capital.

Como base de comparação, na sexta-feira eram 309 agências fechadas em Curitiba e Região e 591 no Paraná. No primeiro dia de greve eram 212 agências em Curitiba e 336 no Paraná sem funcionamento. Em Londrina, havia 81 agências fechadas ontem. Até o fim da tarde de ontem, não havia nenhuma nova negociação marcada com a Federação Brasileira de Bancos (Febraban).

No interior do Estado a greve segue ainda em Apucarana (24 agências fechadas), Arapoti (30), Campo Mourão (20), Cornélio Procopio (29), Guaruapuava (23), Paranavaí (37) e Umuarama (55).

A Febraban ofereceu 6% de reajuste. Os bancários querem 10,25% de aumento, valorização do piso, PLR maior, valorização do emprego, fim da rotatividade, melhores condições de saúde e trabalho, igualdade de oportunidades e mais segurança nas agências.

FOLHA DE LONDRINA

DORA KRAMER

Lotação incompleta

Três dezenas de réus nem de longe preenchem por completo a berlinda em que o Supremo Tribunal Federal vai reservando cadeira cativa para os mestres dessa obra chamada mensalão.

As coisas estão ruins para o PT e para o governo, mas não vão ficando nada boas para o Congresso, para os partidos em geral e - por que não dizer? - tampouco ficam melhores para o eleitorado que se mantém indiferente ao peso da ética na melhoria das práticas políticas.

O STF abre uma caixa-preta. Quiseram as circunstâncias que acontecesse na vez do PT.

Paciência. Ninguém mandou o partido exorbitar no exercício do pragmatismo também conhecido pelo nome de "governabilidade".

Quando a Corte mostra que um partido financiou diversas legendas em troca de apoio para seu governo, demonstra também que havia no Parlamento muita gente disposta a vender a mercadoria.

Disponível também para cancelar a prática como absolutamente natural. Afinal, há réus agora condenados que foram absolvidos em processos de quebra de decoro parlamentar.

Como ficam esses parlamentares diante do atestado de que aquelas absolvições foram vantagens indevidas?

Talvez um pouco pior, mas não muito, que o eleitorado que emprestou seu voto à renovação de mandatos maculados por ilegalidades já conhecidas na época da eleição.

Não deixa de ser uma maneira de o representante tornar indevidamente vantajosa para o representado a escolha do atalho da malfeitoria.

Em suma, não dá para condenar o PT sem reconhecer que há muitas outras culpas registradas nesse cartório.

Nos conformes

Quem acompanha há muitos anos o cotidiano do Supremo e tem familiaridade com os procedimentos, atesta que não há nada de suspeito no ritmo da indicação de Teori Zavascki. Nessa ótica, incomuns foram os casos mais recentes de demora na escolha

Teori Zavascki surpreenderá se tomar a decisão de provocar a suspensão de um jogo que já caminha da metade para o fim

25 SET 2012

dos substitutos de ministros que se aposentam.

Já houve ministros sabatinados pela Comissão de Constituição e Justiça e no mesmo dia aprovados pelo plenário do Senado. O que pode ocorrer de novo.

Em tese, Zavascki poderia tomar posse ainda nesta semana. Se seu nome fosse aprovado no Congresso até amanhã, a presidente assinaria o ato a tempo de sair na quinta-feira no Diário Oficial e ele assumiria na sexta. Improvável, entretanto, tal sangria desatada.

A data da posse é combinada entre o novo ministro e o presidente do STF. Não há solenidades nem discursos.

Sobre a participação dele no julgamento do mensalão, a aposta de observadores experientes é a de que não participe, pois para julgar natural seria pedir vista do processo.

Quer dizer, Teori Zavascki surpreenderá se tomar a decisão de provocar a suspensão de um jogo que já caminha da metade para o fim. Mais: contrariará a avaliação predominante sobre sua trajetória na vida jurídica, segundo a qual não se prestaria a esse papel.

Inversão de valor

A pormenorizada apresentação dos votos de cada um dos ministros do STF - em especial por vezes exaustivas manifestações do relator e do revisor - atendem às exigências dos que cobram para o mensalão um julgamento "técnico".

São os mesmos que acusam o tribunal de estar sendo "político". Inconformados com o fato de os oito ministros indicados no governo do PT não terem sido políticos o bastante para atender às conveniências do partido.

Alta ansiedade

Familiares de Cristiano Paz, sócio de Marcos Valério e como ele já condenado por vários crimes, pressionam para que fale o que sabe.

Andam compartilhando com amigos em Minas o temor e a revolta diante da possibilidade de os políticos beneficiários do esquema saírem livres ou receberem penas muito mais brandas que as imputadas ao chamado núcleo operacional.

25 SET 2012

FOLHA DE S. PAULO

DILATAÇÃO TÉRMICA

Prédio do TJ de Curitiba é esvaziado após lajotas se levantarem do chão

DE CURITIBA - Um levantamento de lajotas causado pela dilatação térmica fez com que um prédio de 26 andares que abriga parte do Tribunal de Justiça do Paraná e escritórios da Sadia fosse esvaziado na manhã de ontem, em Curitiba.

Algumas pessoas relataram que havia "rachaduras enormes" e "tremores". Todos tiveram de deixar o edifício, onde trabalham cerca de mil pessoas. Funcionários afirmaram ainda que lajotas quebraram espontaneamente no chão.

O Corpo de Bombeiros inspecionou o local e concluiu que não há risco de desabamento. O prédio só foi liberado para os funcionários por volta das 12h. Nem o tremor nem as rachaduras no prédio foram confirmados pelos bombeiros.

Justiça ordena que certidão de óbito de Herzog seja alterada

Em vez de mencionar suicídio, documento deve afirmar que jornalista morreu após sofrer maus-tratos na prisão

Decisão é o primeiro resultado prático da Comissão da Verdade, que fez o pedido em conjunto com a família

EDUARDO GERAQUE
DE SÃO PAULO

A certidão de óbito do jornalista Vladimir Herzog (1937-1975) será alterada. Por decisão judicial, divulgada ontem, a causa do óbito terá uma nova explicação.

Em vez de suicídio, estará escrito: "A morte decorreu de lesões e maus-tratos sofridos em dependência do II-Exército - SP (DOI-Codi)".

O juiz Márcio Bonilha Filho, da 2ª Vara de Registros Públicos de São Paulo, acatou um pedido da viúva de Herzog, Clarice, e da Comissão da Verdade.

É o primeiro resultado prático obtido pelo grupo formado pela presidente Dilma Rousseff, que se reuniu ontem, em São Paulo.

O juiz, em sua sentença, afirma que não acatar o pedido de mudança é "prolongar o martírio da viúva e dos familiares e afrontar a consciência pública nacional".

No dia 25 de outubro de 1975, Vladimir Herzog morreu após uma sessão de tortura. Ele compareceu de forma es-

pontânea à sede do DOI-Codi, na rua Tutóia, no bairro do Paraíso (zona sul).

Os agentes repressores, depois da morte do jornalista, armaram a cena para simular um suicídio. Uma nota oficial do Exército, emitida logo após a morte, confirmou, na época, que o próprio Herzog havia dado fim a sua vida.

O episódio virou um símbolo na luta contra a ditadura. Em 31 de outubro de 1975, 8.000 pessoas se reuniram na praça da Sé, centro de São Paulo, em um ato ecumênico para lembrar a morte.

OUTROS CASOS

Para a Comissão da Verdade, a mudança oficial da certidão de óbito tem um peso simbólico muito importante.

O objetivo é fazer o mesmo para outras dezenas de casos, desde que o pedido parta da família dos desaparecidos e mortos políticos. O problema, muitas vezes, é obter provas jurídicas que levem a Justiça a tomar a mesma decisão dada para o caso Herzog.

O colegiado tem sete membros, que foram escolhidos pelo governo federal em maio. O grupo tem poder para investigar as violações aos direitos humanos praticadas entre 1946 e 1988.

As investigações atingem apenas atos de agentes do Estado, ou que estavam a servi-

ço dele —o que gerou reclamação dos militares.

Para José Carlos Dias, ex-ministro e integrante da comissão, é preciso "fechar a biografia das vítimas e registrar como o aparelho repressivo estatal agiu".

A MORTE DE VLADO

24.out.1975

O jornalista Vladimir Herzog é convocado pelo regime militar a prestar depoimento

25.out.1975

Testemunhas dizem que ele é torturado e morto no DOI-Codi

26.out.1975

Exército divulga nota dizendo que o jornalista se suicidou

31.out.1975

Ato ecumênico na praça da Sé, em São Paulo, reúne 8 mil pessoas e vira símbolo da luta contra a ditadura militar

3.abr.1996

A Comissão Especial de Desaparecidos Políticos reconhece que Herzog foi assassinado

25 SET 2012

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL

Laços de família

Amigos de Sepúlveda Pertence dizem que uma das razões que levaram o presidente da Comissão de Ética Pública a pedir demissão foi o fato de a presidente Dilma Rousseff ter preterido seu filho Evandro para vaga no Tribunal Superior Eleitoral, em outubro de 2011. Petistas afirmam que os problemas do ex-ministro do STF com o governo tiveram início ainda sob Lula, quando o ex-presidente escolheu outro nome na primeira lista ao TSE na qual figurava seu filho, em 2009.

Escolhidos No lugar de Evandro Pertence, Lula indicou Joelson Dias, que foi sócio de Erenice Guerra, para o TSE. Dilma optou por Luciana Lóssio, advogada de sua campanha em 2010.

PAINEL

Timing Senadores que participarão hoje da sabatina de Teori Zavascki foram procurados por membros do STF para saber se o novo ministro poderia ser empossado a tempo de julgar o mensalão.

MONICA BERGAMO

TUDO
CERTO

Joaquim Barbosa não vai responder à presidente Dilma Rousseff, que há alguns dias divulgou nota contestando referência que ele fez ao testemunho dado por ela no processo do mensalão. A manifestação não mudaria em nada o julgamento no STF. E Barbosa entendeu que o texto da presidente foi ameno, sem agressividade.

BIBLIOTECA

Enquanto aguarda o resultado do julgamento no STF, o ex-ministro José Dirceu está lendo "Baú de Ossos", de Pedro Nava.

E também uma biografia de Dom Pedro 2º.

TERRA SECA

O ministro Gilson Dipp, do STJ (Superior Tribunal de Justiça) e coordenador da Comissão da Verdade, se afastou temporariamente das funções. Está se tratando de asma, agravada pelo tempo seco de Brasília.

25 SET 2012

FOLHA DE S. PAULO

Revisor vota para condenar Valdemar por três crimes

Lewandowski acompanha o relator
na punição a deputado federal do PR

**Ministro do STF afirma
que parlamentar não
foi capaz de comprovar
o destino do dinheiro
para votar pelo governo**

O ministro-revisor do processo do mensalão no STF (Supremo Tribunal Federal), Ricardo Lewandowski, votou ontem pela condenação do deputado federal Valdemar Costa Neto (PR-SP).

Seguiu, assim, o voto do relator do caso, Joaquim Barbosa, indicando que os demais oito ministros deverão decidir de forma semelhante.

Ocupando a secretaria nacional do PR e com seis mandatos de deputado desde os anos 90, Valdemar é um dos principais articuladores do partido no Congresso.

A sigla ocupa, com 36 parlamentares, a quarta maior bancada de apoio ao governo federal. Em São Paulo, está aliada a José Serra (PSDB) na disputa pela prefeitura.

Nas eleições de 2002, Valdemar e o então candidato a vice-presidente, José Alencar, foram os principais artífices da aliança do seu partido, então chamado de PL, com o PT, que levou à vitória de Lula.

De acordo com a acusação, Valdemar era um dos líderes partidários que, entre 2003 e 2004, recebeu recursos para

apoiar projetos de interesse do governo no Congresso e foi "cooptado" pelo ex-ministro da Casa Civil José Dirceu, ao receber R\$ 8,88 milhões.

O parlamentar alegou no processo que usou os recursos para pagar dívidas eleitorais. Segundo sua assessoria, "ele não comenta assuntos submetidos ao Judiciário".

Lewandowski considerou que o deputado não conseguiu comprovar o destino exato dado ao dinheiro e votou para condená-lo pelos crimes de corrupção passiva, lavagem de dinheiro e formação de quadrilha.

A votação dos demais ministros deve começar a ocorrer na sessão de amanhã.

O revisor também condenou por corrupção passiva outro deputado do extinto PL, Bispo Rodrigues (RJ), um dos nomes da bancada da Igreja Universal do Reino de Deus.

PP

Lewandowski condenou o ex-deputado Pedro Corrêa (PP-PE), o ex-assessor do PP, João Claudio Genu, e o dono da corretora Bônus-Banval, Enivaldo Quadrado, por formação de quadrilha.

Mas absolveu quatro réus (Corrêa, Genu, o deputado Pedro Henry, e outro sócio da corretora, Breno Fischberg)

do crime de lavagem de dinheiro. Lewandowski condenou apenas Quadrado.

Segundo o ministro, o crime não ficou configurado no caso dos políticos porque "há apenas um ato de receber [dinheiro] de forma oculta", e não novos procedimentos para lavar dinheiro.

Ao saber que o revisor iria condenar Valdemar por lavagem, embora tivesse absolvido dois políticos da mesma acusação, Joaquim Barbosa fez uma provocação sobre a suposta falta de unidade no pensamento do revisor.

"Eu acho que o senhor Valdemar Costa Neto vai reclamar, e com razão. Porque ora se aplica [um entendimento], mas, em relação a outros réus, não se apoia."

Barbosa indagou ao revisor por que ele não aceitava a "constitucionalidade" do Código Penal, que acolhe a possibilidade de um autor cometer dois ou mais crimes mediante uma omissão.

Lewandowski respondeu que "existem princípios que são superiores" ao Código Penal, mas prometeu "seguir meditando sobre a possibilidade" aventada pelo relator.

25 SET 2012

FOLHA DE S. PAULO

Código para a impunidade

JANIO DE FREITAS

**Se a lei for igual para todos,
nem por isso os crimes
são iguais para todos os
respectivos acusados**

PALCO PRINCIPAL da atualidade brasileira, o Judiciário oferece aos cidadãos mais um enredo de suspense. Com valor ilustrativo diferente do proporcionado pelo julgamento do mensalão, mas com maior significação direta para cada um dos que expomos a vida nas cidades.

Com base no excesso de prazo das prisões, sete bandidos “de alta periculosidade” foram soltos no Rio.

O país todo os conhece, teve a oportunidade de vê-los em ação da sua especialidade, no vídeo da invasão que fizeram do Hotel Intercontinental, em São Conrado. Com mais três, todos armados de fuzis e metralhadoras, desciam de Kombis e automóveis, comunicavam-se com a Rocinha ali adiante, vagueavam em desafio pelas ruas e, por fim, entravam nos jardins e no hotel. Aí fizeram reféns e ameaçaram uma carnificina.

Era agosto de 2010. Há quatro dias, o secretário de Segurança, José Mariano Beltrame, soube que sete dos dez invasores presos estão soltos desde dezembro de 2011. Soube mais: soube que o desembargador Siro Darlan soltou-os, como disse, porque “existe um prazo de 81 dias quando o réu está preso, e eles estavam presos há um ano e meio”. Quase isso, um ano e quatro meses.

Um argumento embaraçoso, de fato. Mas o desembargador, muito discutido desde que se ocupava de problemas com crianças e adolescentes, tem ainda um reforço argumentativo bem ao seu estilo: “Os réus do mensalão respondem ao processo em liberdade há sete anos. Por que os favelados não têm esse direito? A lei é igual para todos”.

Se a lei for igual para todos, nem por isso os crimes são iguais para todos os respectivos acusados. Daí o suspense que o caso provoca. Não o de saber por que o desembargador, tratando-se de acusados de “alta periculosidade”, não cobrou a providência em falta para evitar a liberação contrária à segurança pública.

O suspense, este sim, até que seja dada explicação convincente dos fatos e das responsabilidades resultantes na falta, por um ano e quatro meses, dos procedimentos apropriados para manter presos e julgar sete bandidos. Tanto mais que a Secretaria de Segurança informa, pela Polícia Civil, haver encaminhado o inquérito para os procedimentos do Ministério Público e do Judiciário em 30 de agosto. No mesmo mês da invasão do hotel e da prisão dos dez bandidos.

Soltos há nove meses, por certo os sete não se mantiveram com trabalho convencional. Ignoram-se outras possíveis contribuições suas à criminalidade que forçou a antecipação, para a semana passada, da instalação da polícia na Rocinha.

Mas a eles se deve parte de uma evidência importante: enquanto se louva o julgamento do mensalão como sinal de fim da impunidade, a impunidade se mostra com agressividade, onde e quando não poderia ser proporcionada.

Anuncia-se novo Código Penal, com penas pretensamente adequadas à atualidade. Nada se anuncia para assegurar sua aplicação, sempre.

25 SET 2012

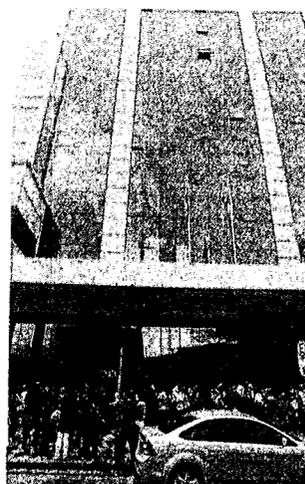
GAZETA DO POVO

Dilatação interdita prédio do TJ-PR

| Aline Peres

O prédio que abriga o Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) e a Brasil Foods foi evacuado na manhã de ontem após a constatação de rachaduras no piso do 9.º andar. O edifício de 29 andares está localizado na Rua Mauá, no bairro Juvevê, em Curitiba. Depois de avaliação técnica, o Corpo de Bombeiros e a Comissão de Segurança de Edificações e Imóveis (Cosedi) constataram que o problema foi causado pela mudança de temperatura.

O desprendimento das lajotas se deu por volta das 9h30. Para a analista de mercado externo da BRF-Brasil, Aline Pimentel, de 33 anos, o estalo crescente foi o sinal de que algo estava errado. No primeiro momento, a funcionária do 9.º andar acreditou que fosse um problema na rede de computadores. No entanto, ao olhar para o chão viu as lajotas sob seus pés levantando e se quebrando. "Parecia cena de filme de terror". A partir disso, o piso inteiro do local sofreu deslocamento. Um funcionário da Brigada de Incêndio que estava ao seu lado iniciou a retirada dos cerca de 200 funcionários do andar, com ajuda de membros da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes. Os funcionários dos outros 28 andares foram retirados pela escada. O prédio ficou interdito por duas horas e, às 11h37, foi liberado.



O prédio ficou inacessível durante duas horas: susto.

25 SET 2012

GAZETA DO POVO

ENTRELINHAS

Boas práticas

A Associação dos Magistrados do Paraná lançou ontem o site de Responsabilidade Social do Poder Judiciário do Paraná, que tem como objetivo compilar as boas práticas realizadas pelos magistrados paranaenses. O projeto de criar um portal surgiu diante dos trabalhos que estão sendo realizados pelos magistrados em todo o estado, desde uma simples ação de prevenção com palestras em escolas, até a prestação jurisdicional efetiva, a exemplo do projeto Justiça no Bairro. O site poderá ser acessado no [www.amapar.com.br/responsabilidade social](http://www.amapar.com.br/responsabilidade-social).

25 SET 2012

GAZETA DO POVO

Justiça federal faz mutirão para atender mutuários

Interessados podem refazer acordos com credores em questão de horas ou tirar dúvidas sobre contratos regidos pelos Sistemas Financeiros de Habitação ou Imobiliário

■ O mutirão de conciliação da Vara do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) da Justiça Federal espera resolver mais de 100 casos envolvendo contratos regidos pelo SFH e Sistema Financeiro Imobiliário (SFI) até a próxima sexta-feira. Ao todo estão marcadas 105 audiências, mas quem tiver dúvidas pode saná-las durante a semana.

Os casos envolvem principalmente situações de inadimplência, de acordo com o supervisor do Centro de Conciliação e Cidadania da Justiça Federal (Cejus), Renato Nazi. "Independente de o contrato ser antigo ou novo, a inadimplência é o principal motivo de conflito. Na conciliação são vistos os detalhes, as questões contratuais, as prestações, os juros e

correções. É feito um trabalho para ver qual seria a melhor saída tanto para o mutuário quanto para as agências financeiras", explica.

Quem está inadimplente, mas ainda não recebeu a ação do credor também pode ter as situações pré-processuais revistas durante o mutirão da Justiça. Segundo a gerente da filial de recuperação de ativos da Caixa Econômica Federal no Paraná, Gudrun Piter Schimdt, o mutirão dá mais uma chance de acordo aos processos que ainda não foram ajuizados, mas que já estão na fase final. "Das 101 audiências que a Caixa tem agendadas nesta semana, 57 são pré-processuais. É uma forma de tentar resolver estas questões sem precisar retirar o imóvel do mutuário", explica.

A maioria dos encontros de conciliação durante o mutirão acaba em acordos em questão de horas. O mutirão também objetiva tirar dúvidas dos interessados em acertar as contas. "Por exemplo, a pessoa não está inadimplente, mas quer rever as prestações, rever o contrato, é na conciliação que as pessoas recebem estas informações formais. Já tivemos casos das pessoas que

acordo, mas levam a informação. Passado um tempo elas procuram o credor e acertam o acordo. Mas, a maioria das pessoas que vem para o mutirão já sai com o acordo feito", afirma o supervisor do Cejus.

Cadastro

Nesta semana serão atendidos, prioritariamente, os casos já cadastrados. No entanto, os interessados em agendar a conciliação para o próximo mutirão também podem ir até a Justiça Federal e conversar diretamente com o supervisor do Centro de Conciliação e Cidadania, Renato Nazi. "A pessoa entra em contato comigo no mutirão e eu converso com os representantes dos bancos para ver se é possível atender estes casos durante a semana mesmo ou, ainda, fazer um mutirão isolado para estas pessoas. Outra possibilidade é de agendarmos a conciliação para o próximo mutirão que será em novembro", explica Nazi.

CONTINUA

25 SET 2012

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

MOTIVOS

Inadimplência é a principal reclamação dos contratos novos

Independente do tipo de contrato, novo ou antigo, o principal motivo que leva à conciliação é a inadimplência, segundo informações da Justiça Federal. De acordo com dados do Banco Central do Brasil, em julho deste ano os mutuários inadimplentes com mais de três prestações em atraso representavam 4,42%. "Atualmente acontece muito a inadimplência nos contratos novos. Os contratos com até a terceira prestação em atraso, por alienação fiduciária, não permitem mais negociação com o mutuário devedor. A pessoa que deixa de pagar a terceira e está com a quarta em atraso não consegue pagar diretamente com o banco e é automaticamente retomado o imóvel", afirma o presidente da Associação Nacional dos Mutuários no Paraná, Luiz Alberto Copetti.

Dos contratos antigos, segundo Copetti, a principal reclamação é o desequilíbrio. "Nesta semana temos um caso que é típico. O contrato é de 1988, o mutuário pagou todas as prestações e no final dos 240 meses, ele devia R\$ 300 mil, mas o imóvel vale R\$ 200 mil. Na ação, ele tem R\$ 30 mil para receber, ele não deve R\$ 300 mil. São contratos desequilibrados que acontecem na grande maioria dos antigos", aponta.

25 SET 2012

GAZETA DO POVO

Promotoria investiga suposto crime eleitoral em Campo Largo

Prefeito Edson Basso (PMDB) e candidato a vereador teriam oferecido vantagens para funcionária comissionada trabalhar na campanha

Isadora Camargo, especial para a Gazeta do Povo

A promotoria pública em Campo Largo, na Região Metropolitana de Curitiba, está investigando o suposto envolvimento do prefeito da cidade, Edson Basso, e do candidato a vereador José Antônio Lopes, ambos do PMDB, na tentativa de compra de apoio político. A investigação poderá resultar na cassação do candidato a prefeito pelo PMDB, Udo Schmidt, e de Lopes, que é conhecido como Batata. Além disso, a seccional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) em Campo Largo pediu o afastamento do prefeito.

Dois vídeos vazaram na internet no último fim de semana. Em um deles, gravado no gabinete da prefeitura, uma funcionária em cargo de comissão questiona o prefeito sobre o salário dela, que não teria sido reajustado, enquanto outras duas funcionárias já estariam recebendo

a mais. O prefeito pergunta qual candidato a vereador ela está apoiando e cita o nome de Lopes. Ele fala em dar “uma ajuda de custo” no fim do mês caso ela ajudasse na campanha de Batata. “É claro que cargo de comissão ajuda sábado e domingo”, diz Basso. A funcionária responde que pegou férias “para ir para a rua”. O prefeito diz então que vai marcar um encontro dela com Lopes.

No outro vídeo, a funcionária conversa com o candidato a vereador. Batata diz que tentaria incluir uma gratificação ao salário se ela ajudasse na campanha no bairro Ferraria. Ele diz para ela “arregaçar as mangas”. “Se nós acertarmos mesmo e aparecer votos em Ferraria, eu te dou a gratificação”, garante. Batata comenta também como um amigo da funcionária ganharia 10 litros de gasolina para usar um adesivo no carro e revela que conseguiu dois cateterismos para moradores, o que teria garantido 70 votos.

O promotor Aurélio José Aggio vê indícios de crime eleitoral e abuso do poder político e econômico. Ele já ouviu testemunhas e a funcionária que gravou o vídeo. O juiz da 182.ª Zona Eleitoral, Eduardo Novack, informou que o candidato envolvido não está proibido de continuar com a campanha.

Nota

Em nota, a prefeitura afirmou que considera “desprezível” a atitude da funcionária, que ocupa um cargo comissionado há cerca de um ano na Secretaria Municipal da Saúde. A nota afirma que ela manipulou o vídeo e que o prefeito Edson Basso só irá se pronunciar caso seja intimado pelo Ministério Público. José Antônio Lopes foi procurado pela reportagem, mas não deu retorno até o fechamento desta edição. O candidato do PMDB à prefeitura, Udo Schmidt (que é apoiado por Basso), disse que não tem relação com o caso e afirmou que a funcionária o procurou no dia 15 de setembro para pedir dinheiro em troca de apoio.

Na Câmara de Campo Largo, o vereador Lucir Marchiori (PT) deu entrada ontem em um pedido de afastamento do prefeito. O pedido será analisado pelo Conselho de Ética da Câmara.

Colaborou Fernanda Leitóles

GAZETA DO POVO

NOTA POLÍTICA

Google na prisão

25 SET 2012

O Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul (TRE-MS) determinou a suspensão por 24 horas do YouTube e do Google em todo o estado e a prisão do presidente do Google no Brasil, Fabio José Silva Coelho, por crime de desobediência. Segundo a Justiça Eleitoral, o site não tirou do ar dois vídeos contra o candidato a prefeito de Campo Grande Alcides Bernal (PP). Na semana passada, o juiz Flávio Saad Peren, da 35ª Zona Eleitoral, já havia determinado as punições. O Google recorreu da decisão, mas o pedido foi negado durante o fim de semana. "Conquanto seja um espaço livre e democrático, o uso indevido da internet, na esfera eleitoral, deve ser coibido, na medida em que não se trata de território isento de responsabilidade e não se vislumbra qualquer causa de imunidade no manuseio dessa ferramenta de comunicação", escreveu o juiz Amaury Kuklinski, relator do caso no tribunal. A Polícia Federal em Mato Grosso do Sul disse que a determinação foi repassada à PF em São Paulo, onde Coelho trabalha. Procurado, o Google Brasil não se pronunciou sobre o assunto.

Aliás...

O juiz eleitoral Valmir Zaias Cosechen, de Cascavel (Oeste), aplicou multa milionária ao Google por desobedecer ordem judicial e não retirar do YouTube um vídeo considerado ofensivo ao candidato à reeleição Edgar Bueno (PDT). A multa diária é de R\$ 1 milhão até que a empresa comprove à Justiça que cumpriu a determinação judicial, de 14 de setembro. O juiz solicitou ainda que o Ministério Público Federal investigue o Google por crime de desobediência. A empresa informou que está recorrendo da decisão.

CIDADANIA

Disque 100 vai receber denúncias de tortura

A partir de janeiro do próximo ano, o Disque 100 também vai registrar casos e orientar vítimas de tortura. O serviço telefônico da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República foi criado para receber denúncias de crimes e violações dos direitos humanos. De acordo com dados da secretaria, entre fevereiro de 2011 e fevereiro de 2012, 1.007 queixas de tortura foram anotadas pelo sistema, que hoje tem módulos específicos para registro de violações de direitos de crianças e adolescentes, idosos, pessoas com deficiência, grupos LGBT (lésbica, gays, bissexuais, travestis e transexuais) e pessoas que vivem nas ruas.

25 SET 2012

GAZETA DO POVO

Pressa na sabatina de ministro gera rumor de interferência no mensalão

Senado marcou para hoje a aprovação de Teori Zavascki para a vaga no Supremo. Em tese, ele pode participar do julgamento já a partir de amanhã

Às pressas e sob protestos da oposição, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado realiza hoje a sabatina do indicado pela presidente Dilma Rousseff para a vaga de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Teori Zavascki. Até agora, Zavascki não esclareceu se pretende participar do julgamento do mensalão — o que, nos bastidores, tem gerado a especulação de que ele poderia ter sido indicado com o intuito de atrasar o caso. Para ser empossado no STF, um ministro tem de ser sabatinado e aprovado pelos senadores.

“Será uma das principais perguntas que faremos a ele [se Zavascki irá participar do julgamento]”, diz o líder do PSDB no Senado, Alvaro Dias. O tucano trabalha desde ontem pelo adiamento da sessão, o que não deve ocorrer.

Entre agosto e setembro, estavam previstas apenas quatro semanas de votações no Senado dentro de um regime de “esforço concentrado”, o que permite aos senadores mais tempo para participar das eleições municipais — sem desconto de salários ou benefícios. As sessões deliberativas desta semana e a sabatina não constavam do calendário original e foram convocadas em caráter extraordinário pelo presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP).

Além da indicação de Zavascki, a decisão mais aguardada é a votação em plenário da medida provisória que trata de mudanças no Código Florestal. Os dois assuntos acabaram “costurados” para dar agilidade às votações.

A sabatina na CCJ está marcada para as 14 horas, mas terá de ser encerrada com o início da votação em plenário, às 16 horas. Com isso, haverá apenas duas horas para questionamentos. Última ministra a ser nomeada para o STF, em dezembro do ano passado, Rosa Weber foi sabatinada por cinco horas pelos senadores.

Plenário

Depois da apreciação na CCJ, a indicação de Zavascki segue para o plenário. De acordo com o senador paraense Sérgio Souza (PMDB),

a expectativa é que toda a tramitação acabe hoje, o que permitiria que a posse do novo ministro no STF ocorresse amanhã. “A dúvida é apenas o quórum”, diz Souza.

Do outro lado, Alvaro reclama do que chama de “excesso de ligeireza”. Segundo ele, não há dúvidas sobre a capacidade técnica de Zavascki, que é ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) desde 2003. Mas a pressa pode estar relacionada a uma tentativa de interferir nos rumos do julgamento do mensalão. Desde a aposentadoria compulsória de Cezar Peluso, no dia 31 de agosto, a análise do processo transcorre com 10 ministros.

“Tenho a impressão de que a probabilidade maior é que ele não se considere apto por não ter participado desde o início do julgamento.”

Paulo Blair, professor de Direito Constitucional.

CONTINUA

25 SET 2012

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Sequência

O professor de Direito Constitucional Paulo Blair, da Universidade de Brasília, explica que o novo ministro tem o direito de julgar todos os pontos do processo que não tiveram decisões proferidas por Peluso. Por sugestão do relator do caso, Joaquim Barbosa, a análise está sendo feita de forma "fatiada". Peluso votou apenas na primeira de sete "fatias" do processo, que trata de desvios no Banco do Brasil e na Câmara dos Deputados.

Outros dois núcleos já foram julgados sem Peluso. Atualmente, os ministros avaliam o tópico sobre compra de apoio parlamentar no

Congresso. Depois disso, entram no ponto mais sensível da denúncia, sobre a participação de dirigentes petistas, como o ex-ministro da Casa Civil, José Dirceu, como mentores do esquema de corrupção.

Blair também afirma que Zavascki, caso aprovado, tem direito a pedir vista do processo, o que pode atrasar o desfecho do julgamento por tempo indeterminado. Na opinião do professor, contudo, a tendência é que o novo ministro não participe do caso. "Tenho a impressão de que a probabilidade maior é que ele não se considere apto por não ter participado desde o início do julgamento."

IMPACTO

O que acontece no julgamento do mensalão com a nomeação de Teori Zavascki no Supremo:

Participação

Cabe ao novo ministro a decisão de participar ou não de um julgamento em andamento. Ele tem o direito de não se declarar apto por não ter participado da fase de leitura do relatório e dos debates.

Atraso

Caso diga que está apto, o novo ministro também pode, em tese, pedir vista do processo, o que atrasaria o julgamento. A hipótese, contudo, ainda deve ser discutida em plenário. O ministro Marco Aurélio já declarou que Zavascki não poderá pedir vista porque isso demonstraria que ele não está habilitado para o julgamento.

Partes

O julgamento está dividido em sete "fatias". Caso se declare habilitado, o novo ministro só não poderá votar na que Cezar Peluso já votou – referente ao terceiro capítulo da denúncia, que trata de desvios na Câmara dos Deputados e no Banco do Brasil.

Escolha

Desde que Peluso se aposentou compulsoriamente, no dia 31 de agosto, os outros ministros já votaram sobre outros dois capítulos, que tratam da operação financeira do esquema e da participação de membros do Banco Rural. Zavascki pode escolher se vota sobre esses dois pontos ou apenas sobre os quatro que ainda faltam. Se tomar posse nesta semana, ele poderá votar a partir do tópico que trata da compra de apoio parlamentar por lideranças do PT, que começa após a quinta-feira.

TRAJETÓRIA CURTA

Teori Zavascki deve permanecer no STF por apenas seis anos

Se for aprovado pelo Senado, Teori Zavascki só vai permanecer no Supremo Tribunal Federal (STF) até agosto de 2018, quando completa 70 anos e precisa se aposentar compulsoriamente.

Mestre e doutor em Direito Civil Processual pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, o indicado pela presidente Dilma Rousseff recebeu elogios dos demais ministros do Supremo. Nos bastidores do Superior Tribunal de Justiça (STJ), onde atua há oito anos, é visto como um juiz "sério" e "discreto". Zavascki é catarinense do município de Faxinal das Guedes e, antes de ser nomeado para o STJ, foi desembargador do Tribunal Regional Federal da 4.ª Região (TRF4), entre 2001 e 2003. O TRF4 é responsável pelo julgamento de segunda instância de processos federais dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. f

25 SET 2012

GAZETA DO POVO

DORA KRAMER

Lotação Incompleta

Três dezenas de réus nem de longe preenchem por completo a berlinda em que o Supremo Tribunal Federal vai reservando cadeira cativa para os mestres dessa obra chamada mensalão.

As coisas estão ruins para o PT e para o governo, mas não vão ficando nada boas para o Congresso, para os partidos em geral e — por que não dizer? — também ficam melhores para o eleitorado que se mantém indiferente ao peso da ética na melhoria das práticas políticas.

O STF abre uma caixa-preta. Quiseram as circunstâncias que acontecesse na vez do PT.

Paciência. Ninguém mandou o partido exorbitar no exercício do pragmatismo também conhecido pelo nome de “governabilidade”.

Quando a Corte mostra que um partido financiou diversas legendas em troca de apoio para seu governo, demonstra também que havia no Parlamento muita gente disposta a vender a mercadoria.

Disponível também para cancelar a prática como absolutamente natural. Afinal, há réus agora condenados que foram absolvidos em processos de quebra de decoro parlamentar.

Como ficam esses parlamentares diante do atestado de que aquelas absolvições foram vantagens indevidas?

Talvez um pouco pior, mas não muito, que o eleitorado que emprestou seu voto à renovação de mandatos maculados por ilegalidades já conhecidas na época da eleição.

Não deixa de ser uma maneira de o representante tornar indevidamente vantajosa para o representado a escolha do atalho da malfeitoria.

Em suma, não dá para condenar o PT sem reconhecer que há muitas outras culpas

registradas nesse cartório.

Nos conformes

Quem acompanha há muitos anos o cotidiano do Supremo e tem familiaridade com os procedimentos, atesta que não há nada de suspeito no ritmo da indicação de Teori Zavascki. Nessa ótica, incomuns foram os casos mais recentes de demora na escolha dos substitutos de ministros que se aposentam.

Já houve ministros sabatinados pela Comissão de Constituição e Justiça e no mesmo dia aprovados pelo plenário do Senado. O que pode ocorrer de novo.

Em tese, Zavascki poderia tomar posse ainda nesta semana. Se seu nome fosse aprovado no Congresso até amanhã, a presidente assinaria o ato a tempo de sair na quinta-feira no Diário Oficial e ele assumiria na

sexta. Improvável, entretanto, tal sangria desatada.

A data da posse é combinada entre o novo ministro e o presidente do STF. Não há solenidades nem discursos.

Sobre a participação dele no julgamento do mensalão, a aposta de observadores experientes é a de que não participe, pois para julgar natural seria pedir vista do processo.

Quer dizer, Teori Zavascki surpreenderá se tomar a decisão de provocar a suspensão de um jogo que já caminha da metade para o fim. Mais: contrariará a avaliação predominante sobre sua trajetória na vida jurídica, segundo a qual não se prestaria a esse papel.

Inversão de valor

A pormenorizada apresentação dos votos de cada um dos ministros do STF — em especial por vezes exaustivas manifestações do relator e do revisor — atendem às exigências dos que cobram para o mensalão um julgamento “técnico”.

São os mesmos que acusam o tribunal de estar sendo “político”.

Inconformados com o fato de os oito ministros indicados no governo do PT não terem sido políticos o bastante para atender às conveniências do partido.

Alta ansiedade

Familiares de Cristiano Paz, sócio de Marcos Valério e como ele já condenado por vários crimes, pressionam para que fale o que sabe. Andam compartilhando com amigos em Minas o temor e a revolta diante da possibilidade de os políticos beneficiários do esquema saírem livres ou receberem penas muito mais brandas que as imputadas ao chamado núcleo operacional.

25 SET 2012

GAZETA DO POVO

Lewandowski entende que o simples recebimento de verba já é corrupção

Mesmo sem avalizar a tese da compra de apoio no Congresso, revisor do mensalão condena as cúpulas do PP e do antigo PL

O revisor do processo do mensalão no Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski, condenou ontem dirigentes do PP e do PL (atual PR). Lewandowski entendeu que a cúpula dos dois partidos cometeu crime de corrupção passiva ao receber dinheiro do valerioduto. Mas, diferentemente do relator do caso, Joaquim Barbosa, o revisor não quis avalizar a tese de que o repasse às legendas serviu para que elas votassem a favor de projetos de interesse do governo Lula. Lewandowski entendeu que o mero recebimento do dinheiro já caracterizaria a corrupção, independentemente do destino da verba.

No caso do PL, Lewandowski disse que é "irrelevante" para a configuração do crime de corrupção passiva a acusação de que o dinheiro pagaria pelo apoio no Congresso. E, no caso do PP, Lewandowski afir-

mou entender que o dinheiro repassado pelo valerioduto serviu para pagar gastos eleitorais. Essa tem sido a tese defendida pelo PT para tentar caracterizar o mensalão como um caso de caixa 2 eleitoral – crime cujas penas já estão prescritas. Mas a novidade do voto de Lewandowski é entender que, mesmo sendo um caso de caixa 2, o recebimento do dinheiro caracteriza corrupção, delito pelo qual ainda cabe punição.

Os votos

Lewandowski já havia começado a expor na semana passada sua decisão a respeito dos réus do núcleo político do mensalão. O deputado federal Pedro Henry (PP-MT) havia sido absolvido pelo revisor ainda na quinta-feira.

Na sessão anterior, o ministro também já havia começado a votar o caso do ex-deputado federal e ex-presidente do PP Pedro Corrêa. Ontem, ele finalizou o voto, concluindo que Corrêa cometeu os crimes de corrupção passiva e de formação de quadrilha, mas não de lavagem de dinheiro. Lewandowski também condenou o ex-assessor do PP João Cláudio Genu e o sócio da corretora Bônus Banval Enivaldo Quadrado (a corretora recebeu o dinheiro do valerioduto e o repassou aos políticos do partido). Breno Fischberg, tam-

bém da corretora, foi absolvido pelo revisor.

O mais curioso do voto, porém, foi que Lewandowski disse que ficou comprovado que a cúpula do PP (incluindo o paranaense José Janene, já morto) recebeu R\$ 2,9 milhões para custear gastos de campanha e despesas do partido – num entendimento completamente diferente do de Joaquim Barbosa, mas ainda assim suficiente para a condenação.

No caso do PL, Lewandowski condenou o deputado federal Valdemar Costa Neto (PR-SP) pelos crimes de formação de quadrilha, corrupção passiva e lavagem de dinheiro. O partido de Costa Neto recebeu R\$ 10,8 milhões do valerioduto.

Outros réus ligados ao antigo PL foram condenados por Lewandowski. O ex-deputado federal Carlos Rodrigues, conhecido como Bispo Rodrigues, foi condenado pelo crime de corrupção passiva. Ele recebeu R\$ 150 mil do esquema montado pelo publicitário Marcos Valério, o operador do mensalão.

CONTINUA

25 SET 2012

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

O revisor não quis se comprometer com a tese de que o repasse a Rodrigues serviu para que ele votasse a favor de projetos de interesse do governo. Para o ministro, isso é "irrelevante" para a configurar corrupção passiva. Ele ainda condenou o ex-tesoureiro do PL Jacinto Lamas por corrupção passiva, formação de quadrilha e lavagem de dinheiro. Mas absolveu o ex-assessor da legenda Antônio Lamas.

REPERCUSSÃO

Aécio Neves chama de "ridícula" nota do PT que fala sobre golpe

O senador Aécio Neves (PSDB-MG) considerou "ridícula" a nota divulgada pelo PT na semana passada acusando a oposição de tentativa de golpe porque estava falando em pedir apuração sobre suposta relação do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva com o mensalão. "O PT inaugurou algo novo na política brasileira, como se houvesse possibilidade de golpe de Estado contra um ex-presidente da República", ironizou Aécio ontem, em campanha no Rio Grande do Sul. "A meu ver, aquilo beira ao ridículo, é algo absolutamente sem sentido." Artistas e intelectuais solidários ao PT prometem enviar um abaixo assinado ao Supremo Federal Tribunal (STF). O manifesto é organizado pelo cineasta Luiz Carlos Barreto, que disse estar preocupado com a "garantia dos direitos individuais" no julgamento do mensalão. "Eu me sinto ameaçado como cidadão", afirmou Barreto. Amigo do ex-ministro José Dirceu, Barreto tomou a iniciativa de colher assinaturas. Seguindo ele, o documento reúne cerca de 200 assinaturas de pessoas preferencialmente dos meios artístico e intelectual.

CONTINUA

25 SET 2012

GAZETA DO POVO

QUEM JÁ FOI JULGADO CONTINUAÇÃO

Até agora o STF já condenou 10 réus e absolveu outros três no julgamento dos núcleos financeiro e da corrupção na Câmara e no Banco do Brasil.

CONDENADOS	João Paulo Cunha (deputado federal e ex-presidente da Câmara)	· Corrupção passiva ¹ · Lavagem de dinheiro ¹ · Peculato ¹
	Cristiano Paz (ex-sócio de Marcos Valério)	· Corrupção ativa ¹ · Peculato ¹ · Lavagem de dinheiro ²
	Ramon Hollerbach (ex-sócio de Marcos Valério)	· Corrupção ativa ¹ · Peculato ¹ · Lavagem de dinheiro ²
	Henrique Pizzolato (ex-diretor de marketing do Banco do Brasil)	· Corrupção ativa ¹ · Lavagem de dinheiro ¹ · Peculato ¹
	Marcos Valério (publicitário)	· Corrupção ativa · Peculato ¹ · Lavagem de dinheiro ²
	José R. Salgado ex-dirigente do Banco Rural	· Gestão fraudulenta ² · Lavagem de dinheiro ²
	Vinicius Samarane dirigente do Banco Rural	· Gestão fraudulenta ² · Lavagem de dinheiro ²
	Kátia Rabello ex-presidente do Banco Rural	· Gestão fraudulenta ² · Lavagem de dinheiro ²
	Simone Vasconcelos ex-funcionária de Marcos Valério	· Lavagem de dinheiro ²
	Rogério Tolentino sócio informal de Marcos Valério	· Lavagem de dinheiro ²
ABSOLVIDOS	Ayanna Tenório ex-dirigente do Banco Rural	· Gestão fraudulenta ¹ · Lavagem de dinheiro ²
	Geiza Dias ex-funcionária de Marcos Valério	· Lavagem de dinheiro ²
	Luiz Gushiken (ex-ministro das Comunicações)	· Peculato ¹ (Inocentado por falta de provas) ¹

Processo desmembrado

Desmembrado	Carlos Alberto Quaglia ³ (doleiro, ex-sócio da corretora Natimar)	· Formação de quadrilha · Lavagem de dinheiro
-------------	--	--

¹ Corrupção na Câmara dos Deputados e no Banco do Brasil.

² Núcleo financeiro.

³ O processo foi desmembrado no início do julgamento do STF e ele será remetido para a primeira instância. Os ministros entenderam que houve cerceamento de defesa.

Fonte: Redação. Infografia: Gazeta do Povo.

“Valdemar Costa Neto recebeu valores de Marcos Valério em razão de sua condição de parlamentar, o que configura (...) condição suficiente para indicar prática de corrupção passiva.”

Ricardo Lewandowski,
ministro-revisor do
mensalão, condenando
o dirigente do antigo PL
mesmo sem avalizar a
tese de compra de apoio
político.

Susto no Juvevê

Chão treme e lajotas que revestem o piso se desprendem em dois andares do prédio. Causa seria a variação de temperatura

O edifício de 29 andares onde funciona o Tribunal de Justiça, na Rua Mauá, Juvevê, teve que ser evacuado na manhã de ontem. Lajotas que revestem o piso se desprenderam em dois andares (9.º e 10.º), assustando os agentes da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (Cipa), que orientaram os ocupantes a sair do prédio.

O incidente aconteceu por volta das 9h30 da manhã. O retorno das pessoas ao local só foi liberado às 11h37. Soldados do Corpo de Bombeiros foram até o local e não detectaram risco de desabamento. Segundo o diretor de engenharia do TJ-PR, Cornélio Unruh, não há necessidade de interdição, pois nenhuma fissura foi verificada na estrutura do edifício.

Tremor

Cerca de mil pessoas trabalham no prédio, que fica entre a Avenida João Gualberto e a Rua Campos Sales. Além do TJ-PR, o edifício abriga escritórios de empresas multinacionais. Os funcionários permaneceram do lado de fora até a liberação.

As pessoas que estavam no prédio no momento do incidente relatam que ouviram barulhos, como o de vidro quebrando. Algumas pessoas relatam que sentiram o chão tremer e as lajotas se partindo. Apesar do susto, não houve tumulto.

A Comissão de Segurança de Edificações e Imóveis (Cosedi), vinculada à Secretaria Municipal de Urbanismo, também foi chamada e um engenheiro foi encaminhado ao local. O laudo não detectou problemas estruturais. A variação de temperatura foi apontada como causa do desprendimentos das lajotas.

25 SET 2012

TRIBUNA DO PARANÁ

Crime eleitoral

Apurado suposto caso de compra de voto. Denúncia está em vídeos onde o prefeito e candidato a vereador negociam apoio de servidora

Uma bomba pode mudar os rumos das eleições em Campo Largo. Dois vídeos mostram o prefeito Edson Basso e o candidato a vereador José Antônio Lopes, o Batata, negociando o apoio de uma servidora municipal e falando sobre o uso da máquina pública. A subseção local da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) levou o caso ao Ministério Público e pede o afastamento de Basso e a cassação de Batata e do candidato a prefeito Udo Schmidt, todos do PMDB.

Os vídeos foram divulgados na internet no sábado. Um deles, gravado dentro do gabinete, mostra a conversa entre Basso e a funcionária. O prefeito pergunta se a servidora gostaria de entrar na campanha. Ela diz que não teve seu salário "arrumado" e ouve a promessa de "ajuda de custo". "É claro que o cargo de comissão, entende-se, que é aquele em que você, quando chega em época de campanha, ajuda no sábado e no domingo...", diz Basso.

Ao final da conversa, Basso e a funcionária combinam nova reunião, com a participação de Schmidt e Batata. No dia seguinte, porém, apenas o candidato a vereador aparece para o encontro, novamente no gabinete do prefeito. Batata diz que vai providenciar a "gratificação" para a funcionária, para "igualar" seu salário ao de outras servidoras. "Mas você tem que arregaçar as mangas e mostrar os votos para nós lá em Ferraria", pede. "O estouro vai ser muito grande", promete.

Votos

Mais adiante, Batata conta sobre a cirurgia de cateterismo que teria providenciado para um eleitor. "Sabe quanto? Setenta votos! Onde você consegue aqui no interior isso? Para mim é uma maravilha", diz o candidato. Em seguida, ele aparece falando no celular, cobrando a presença de máquinas para uma obra no Jardim Guarani. "Nas outras candidaturas, nunca tivemos o apoio da máquina. E hoje, Viação e Obras trabalhando de graça pra mim...", conta.

25 SET 2012

JORNAL DO ÔNIBUS

Lajotas soltam e prédio do TJ é evacuado

O edifício de 30 andares, onde funcionam escritórios do Tribunal de Justiça do Paraná, no Alto da Glória, foi evacuado na manhã de ontem depois que algumas lajotas levantaram e estouraram.

Edifício da Justiça é evacuado após relato de tremor

1 Pessoas ouviram barulho de vidro quebrando e sentiram o chão tremer

O edifício de 30 andares, onde funcionam escritórios do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) e da Sadia, no bairro Alto da Glória, em Curitiba foi evacuado por volta das 10h de ontem (24), segundo informações da Polícia Militar (PM). O prédio fica na Rua Mauá na esquina com a Avenida João Gualberto.

Pessoas que trabalham no prédio ouviram barulhos como se copos ou garrafas de vidro estivessem se quebrando e sentiram o chão tremer e as lajotas do piso começarem a rachar. Primeiro foi ouvido um barulho como se um computador estivesse caindo. Mas depois foi percebido que as lajotas do piso esta-



Pessoas deixaram o prédio que fica na Rua Mauá, no bairro Alto da Glória, por volta das 10h de ontem

vam estalando.

Os bombeiros informaram que algumas lajotas do piso do 9º andar começaram a levantar, o que assustou as pessoas e elas chamaram o Corpo de Bombeiros. Os brigadistas da Comissão Inter-

na de Prevenção de Acidentes (Cipa) passaram por todos os andares pedindo que as pessoas deixassem os postos de trabalho. Não houve alarde ou tumulto, pois a maioria delas pensou se tratar de um treinamento. Os fun-

cionários do edifício se acumulam nas calçadas e no estacionamento.

A tenente Carolina Alice de Castro disse que não foram encontradas rachaduras no 9º andar, apenas algumas lajotas levantadas, o que foi considerado normal, decorrente de dilatação térmica. A tenente afirmou que a estrutura do edifício não corre risco.

Às 11h40, após avaliação de engenheiros da Comissão de Segurança de Edificação de Imóveis (Cosedi) o edifício foi liberado. A comissão confirmou que a variação de temperatura provocou rachaduras e desprendimentos das lajotas, mas que isso não compromete a estrutura.

25 SET 2012

JORNAL DO ÔNIBUS

Magistrados criam site para dialogar com a população

Os paranaenses contam com novo canal para conhecer alguns dos projetos desenvolvidos pelo Poder Judiciário do estado. A página de responsabilidade social do judiciário, criada pela Associação dos Magistrados do Paraná (Amapar), reúne detalhes sobre as práticas que facilitam a vida dos cidadãos que precisam da Justiça. Além de levar informações à população sobre os projetos, o site também é uma porta para que os magistrados possam divulgar as ações sociais que desenvolvem nas comarcas que atuam. A intenção da Amapar é usar o espaço para divulgar e fomentar essas ações. Outra ferramenta disponível para os cidadãos é a área em que é possível fazer contato direto com os juízes que comandam os projetos sociais. Nesse espaço, podem-se fazer perguntas, críticas e sugestões, que serão enviadas aos responsáveis pelas iniciativas.

25 SET 2012

JORNAL DO ESTADO

BOMBEIROS EVACUAM PRÉDIO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA.

TJ-PR

**Nono andar estala
e prédio é evacuado**

O prédio do Tribunal de Justiça (TJ) situado na Rua Mauá, 920, no Juvevê, em Curitiba, foi evacuado na manhã de ontem, depois que lajotas se desprenderam no 9º andar do edifício, ocupado por uma empresa do ramo de alimentação.

De acordo com o diretor do Departamento de Engenharia e Arquitetura do TJ, Cornelius Unruh, e informações do Corpo de Bombeiros, em levantamento preliminar, constatou-se que as rachaduras nas lajotas do piso aconteceram em função da variação de temperatura com consequente dilatação das mesmas.

O edifício tem 30 andares, e lá funcionam escritórios do TJ e da empresa particular. A Comissão de Segurança e Edificações e Imóveis (Cosedi) da Prefeitura também fizeram uma vistoria no prédio. Os trabalhadores puderam retornar às atividades pouco antes do meio-dia.

25 SET 2012

JORNAL DO ESTADO

ALESSANDRO RAGAZZI

Pode um processo judicial durar eternamente?

Ouçõ esta pergunta quase que diariamente. Cliente com dívida, que está sendo acionado, e “ouve dizer” que se o processo durar mais que 5 anos, “caduca”. A explicação é sempre a mesma. Após a propositura da ação, e desde que o credor dê o andamento necessário ao processo, o processo não “caduca” mais... nunca mais.

A mudança dos tempos, entretanto, soimada ao asoberbamento do nosso Poder Judiciário, que há muito tempo não dá conta de julgar tantos processos, parece que vem causando uma mudança no comportamento e na interpretação de nossos juízes.

Dias atrás, uma notícia no site do Superior Tribunal de Justiça dava conta de que, intimada para apresentar bens do devedor para penhora, um banco limitou-se a pedir suspensão do processo. O juiz da causa, então, aplicou a regra da “prescrição intercorrente”, fazendo com que o processo fosse extinto.

Essa regra diz que, mesmo que o processo tenha sido iniciado, mas não havendo o seu regular andamento, por culpa da parte interessada, pode haver a extinção. Ocorre que a legislação estabelece isso para alguns, e não para todos os tipos de processo judicial.

Preocupa-me esta interpretação, embora benéfica aos devedores, pelo fato de que, a

prevalecer este entendimento, bastará ao devedor esconder seu patrimônio durante certo período, para que, findo este, não seja cobrado – única mais.

Além disso, em se tratando de uma execução de bens, a própria legislação não prevê a extinção, mas somente a suspensão do processo. Entendo que o Poder Judiciário não pode ficar abarrotado de processos, mas considero que esta questão passa muito mais pela reorganização da Justiça, o aparelhamento da máquina, do que propriamente pela “desconsideração” do direito de uma parte que paga seus impostos e tem um crédito a receber de volta.

Melhor seria, então, que se promovesse uma alteração na lei processual civil, para estabelecer um prazo máximo de suspensão. O que não se pode admitir é uma interpretação extensiva, em total desrespeito aos direitos daquele que já foi prejudicado, por não ter recebido seu crédito.

Alessandro Ragazzi é advogado formado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. É especialista em direito Tributário também pela PUC/SP – COGAE e parecerista nas áreas tributária e empresarial. Foi professor universitário na Unisant'anna nos cursos de legislação fiscal e social

25 SET 2012

JORNAL DO ESTADO

CAMPO LARGO

OAB pede afastamento de prefeito

O prefeito de Campo Largo, Edson Basso (PMDB) pode ser afastado do cargo. A OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) pediu ontem que o Ministério Público Eleitoral tome providências em relação a dois vídeos divulgados no final de semana. Nas imagens o prefeito aparece fazendo acordos com um cabo eleitoral dentro de seu gabinete em troca de votos para o candidato que apóia nas eleições, caracterizando o uso indevido da máquina pública.

Nas imagens Basso aparece supostamente oferecendo “gratificação” a uma funcionária para que ele trabalhe na campanha eleitoral de seu candidato a prefeito, Udo Schmidt (PMDB) e para o candidato a vereador, José Antônio Lopes, conhecido como Batata. Basso inclusive marca, em seu próprio gabine-

te, uma reunião entre a suposta cabo eleitoral e Batata, dentro da Sede do Governo Municipal.

Um segundo vídeo divulgado na internet, que teria sido gravado no dia seguinte, o candidato Batata aparece fazendo acordos de salário com a funcionária pública que gravou as imagens e ainda fala sobre a distribuição de combustível em troca de apoio. O candidato ainda é filmado falando ao telefone sobre a suposta troca de votos por benfeitorias.

Segundo o presidente da OAB, Adriano Huber, o promotor Aurélio Aggio, garantiu que será protocolada uma ação na Justiça Eleitoral pedindo o afastamento do prefeito e a cassação do candidato Batata. “A expectativa é que ainda nesta semana a gente consiga uma liminar para afastar o prefeito.

Queremos que seja feita a justiça”, disse Huber.

Em nota, a prefeitura de Campo Largo informa que o vídeo não foi postado na íntegra, “manipulando as informações e distorcendo a realidade”. Ainda qualifica a gravação do vídeo pela funcionária como “atitude desprezível (...)” feita “sem que o prefeito soubesse”. O poder público do município diz que a funcionária foi orientada pela oposição para tentar “pleitear vantagens do processo eleitoral”.

Segundo a assessoria, o prefeito ainda não recebeu nenhuma notificação do Ministério Público mas pretende colaborar com as investigações e determinou a abertura de sindicância “a fim de apurar possíveis e eventuais irregularidades”.

25 SET 2012

JORNAL DO ESTADO

GREVE DE BANCÁRIOS

Justiça acata interdito proibitório do HSBC

A juíza da Sétima Vara do Trabalho de Curitiba, Ana Maria das Graças Veloso, deferiu liminarmente, ontem, interdito proibitório apresentado pelo banco HSBC. A ação visa impedir que seus empregados em greve, desde o dia 18 de setembro, bloqueiem a entrada e saída de pessoas nas suas instalações, ou dificultem a livre circulação e o direito de ir e vir das pessoas. A multa diária para o descumprimento foi fixada em R\$ 50 mil.

Outra ação com o mesmo

teor foi deferida para o banco Itaú na 9ª vara do trabalho de Curitiba. A multa diária é de R\$ 10 mil.

Já o pedido liminar formulado pelo banco Santander foi indeferido pela 13ª Vara do Trabalho de Curitiba, por não ter sido constatado impedimento das pessoas na entrada do estabelecimento.

Os bancários estão parados desde o dia 18 de setembro e, na região de Curitiba, a paralisação fechou 337 agências e em todo o Paraná, 636.

Movimento

O presidente do TCE, conselheiro Fernando Guimarães, oficializou ontem a adesão do Tribunal ao Movimento Paraná Sem Corrupção. A parceria foi assinada pelo presidente do TCE e pelo procurador-geral de Justiça, Gilberto Giacoia. O Movimento Paraná Sem Corrupção surgiu em maio de 2012, incentivado pelo Ministério Público do Paraná, e consiste numa articulação da sociedade contra a corrupção. Desde que surgiu, já conquistou a adesão de várias entidades, como a Associação do Ministério Público do Paraná, a OAB Paraná, Sistema Fecomércio, Ocepar (cooperativas), Fiep (indústria), ACP (comércio) e Observatório Social do Brasil.

EM BAIXA

O juiz Amaury da Silva Kuklinski, do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul (TRE-MS), negou o *habeas corpus* a um dos diretores da empresa **GOOGLE BRASIL**. A ordem de prisão é resultado de um processo em que o candidato a prefeito de Campo Grande Alcides Bernal (PP) pede a retirada de vídeos do YouTube.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Informe Judiciário

HOMENAGEM

Em prestigiada cerimônia, o presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Felix Fischer, foi homenageado no Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR). A solenidade ocorreu nesta sexta-feira (21/9), no auditório do Tribunal Pleno. Na ocasião, foi outorgada ao ministro Fischer a comenda do Tribunal, "Medalha Mérito Judiciário", homenagem às personalidades que se destacam por serviços relevantes à Justiça.

NOVAS OBRAS

O presidente do TJPR, desembargador Miguel Kfourì Neto, assinou na tarde da terça-feira (18/9) dois contratos de execução de obra, um para reforma e ampliação do edifício do Fórum da comarca de Toledo e outro, para a construção do edifício do Fórum da comarca de Xambê. Toledo - O Fórum de Toledo será ampliado em 5.061,00 m² e a área reformada terá 1.976,96 m². Com recursos provenientes do Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário (Funrejus), o investimento será de aproximadamente R\$ 12 milhões. Xambê - a construção do novo Fórum de Xambê, em um terreno de 3427,85 m², terá um valor aproximado de R\$ 2.900.000,00. A área de construção é de 1.545,00 m² em edificação térrea, com rampas de acesso e banheiros destinados a portadores de necessidades especiais.

MANUAL

Integrantes do Departamento de Administração e Serviços Gerais do TJ (Dasg) entregaram, na tarde da quarta-feira (19/9), ao presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Miguel Kfourì Neto, o "Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos", elaborado pelo Departamento. O Manual tem a finalidade de padronizar os procedimentos de contratação de serviços terceirizados, bem como, orientar os magistrados nas comarcas do estado a respeito da fiscalização e gestão dos serviços prestados por empresas terceirizadas. O texto esclarece diversos questionamentos feitos pelos usuários dos serviços terceirizados.

DESCENTRALIZAÇÃO DA JUSTIÇA

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Miguel Kfourì Neto, recebeu na tarde da quarta-feira (19/9), acompanhado do juiz auxiliar da presidência, Eduardo Sarrão, a visita da juíza diretora do Fórum Descentralizado de Santa Felicidade, Adriana de Lourdes Simette. A magistrada veio entregar ao presidente Kfourì o relatório das atividades desenvolvidas no novo Fórum, inaugurado no último dia 4 de julho. Aproximadamente 600 processos tramitam atualmente no Fórum, mais de 200 audiências foram realizadas e 132 sentenças proferidas, circunstância que demonstra celeridade no atendimento das demandas levadas ao Poder Judiciário pelos jurisdicionados residentes no bairro e região.

25 SET 2012

REUNIÃO PROJUDI

Em proveitosa reunião, integrantes da Corregedoria-Geral do TJ e do Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação do TJ (DTIC), discutiram melhorias para simplificar a classificação das decisões no Sistema de Controle Processual Eletrônico (Projudi). No encontro, foram propostas soluções para otimizar o tempo dos magistrados no manuseio do sistema. Como, por exemplo, a possibilidade de reduzir para um formulário de classificação, os atuais três que devem ser preenchidos pelo juiz. Outra sugestão levantada é a transferência dessa classificação para o escrivão ou chefe da Secretaria. Em breve, serão comunicadas oficialmente as providências tomadas para dirimir as dificuldades encontradas pelos juízes no sistema de classificação do Projudi. O requerimento para uma reunião que discutisse o tema partiu de juízes de Foz de Iguaçu e Região.

CONCILIAR É LEGAL

A terceira edição do Prêmio Conciliar é Legal, iniciativa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), tem suas inscrições abertas até o dia 29 de setembro, para os profissionais do Poder Judiciário, acadêmicos de graduação em Direito e Sociedade Civil. Os temas contemplados são: Justiça cidadã, sociedade mais justa e; eficiência das estruturas da conciliação e mediação. O regulamento do prêmio foi apresentado no II Encontro Nacional dos Núcleos de Conciliação realizado no dia 13 de agosto de 2012, idealizado com o objetivo de "identificar, premiar e disseminar boas práticas auto-compositivas que estejam contribuindo para a efetiva pacificação de conflitos bem como para a modernização, rapidez e eficiência da Justiça Brasileira (art.1º)".

JUSTIÇA NO BAIRRO

O Fórum das Varas de Família de Curitiba recebeu, no último dia 15, os trabalhos do programa Justiça no Bairro. Foram realizadas 108 audiências oriundas de processos em trâmite na 3ª Vara de Família, alcançando o objetivo da conciliação, e retomada do feito, com atendimento satisfatório no número de acordos. Foram efetuadas cinco audiências de interdição, proveniente de processos em trâmite da 7ª e 8ª Varas de Família. No tocante ao atendimento da demanda reprimida, foram realizadas 45 audiências de família, dentre elas divórcio, alimentos, regulamentação de visitas, bem como uma interdição espontânea.

25 SET 2012

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Tribunais e Conselhos devem validar informações sobre gestão estratégica

Os tribunais do País têm até o dia 27 de outubro para validar as informações lançadas no Sistema de Questionários, relativos ao Diagnóstico da Gestão Estratégica do Poder Judiciário.

A realização da pesquisa foi aprovada pela Comissão de Gestão Estratégica, Estatística e Orçamento, presidida pelo ministro Carlos Alberto Reis de Paula, conselheiro do CNJ, e as respostas serão utilizadas para verificar o nível de adesão dos tribunais às práticas de gestão estabelecidas pelo Judiciário brasileiro, por meio da Resolução CNJ n. 70, de 18 de março de 2009.

Os resultados desse diagnóstico serão divulgados, no dia 17 de outubro, na Reunião Preparatória do VI Encontro Nacional do Poder Judiciário. O levantamento também servirá como subsídio para a revisão do Plano Estratégico Nacional, que deve ser concluída em dezembro de 2013.

25 SET 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Justiça solta

invasores

de hotel no Rio

Noves comparsas do traficante Nem que fizeram 35 reféns no

Intercontinental em 2010 foram liberados por causa de atraso no processo

O Tribunal de Justiça do Rio (TJ-RJ) soltou nove comparsas do traficante Nem presos por invadir e fazer 35 reféns no Hotel Intercontinental, em São Conrado (zona sul do Rio), em 2010. A sentença causou a indignação do secretário de Segurança do Estado, José Mariano Beltrame.

“Não é uma decisão que nos deixe confortáveis. Assim que soube, telefonei para o procurador-geral de Justiça, Claudio Lopes, e pedi que estudasse o caso para ver se cabe algum recurso para tentarmos reverter isso. O País inteiro viu pela TV o que aqueles traficantes fizeram. Mantiveram 30 reféns sob a mira de fuzis de uso exclusivo das Forças Armadas. Não são ladrões comuns, são criminosos de alta periculosidade”, disse Beltrame ontem ao Estado.

“A Polícia Militar fez seu trabalho, muito bem feito, prendendo aquele bando sem que ninguém se ferisse. E a Polícia Civil também fez a sua parte: completou a investigação rapidamente, reuniu todas as provas necessárias para que aqueles criminosos fossem ajuízo. Mas as polícias precisam da ajuda da Justiça, para que esses criminosos sejam condenados e cumpram suas penas”, completou Beltrame.

Segundo ele, os setores de inteligência da Secretaria de Segurança e da polícia estão monitorando o grupo libertado. O caso aconteceu na manhã de 21 de agosto de 2010. O grupo transitava entre as Favelas do Vidigal e da Rocinha, quando se deparou com PMs e iniciou uma intensa troca de tiros. Parte do grupo invadiu o Intercontinental, onde manteve reféns por três horas.

Presos, os nove acusados foram enviados, dois dias depois, para o Presídio Federal de Porto Velho (RO). Em dezembro de 2011, o desembargador Siro Darlan soltou sete. Em janeiro, outros dois foram libertados. O desembargador alegou que os réus estavam sofrendo constrangimento ilegal por estarem presos temporariamente por tempo seis vezes superior aos 81 dias previstos em lei. “A transferência dos réus para Rondônia dificultou o andamento do processo, além de onerar os cofres públicos. A decisão foi tão acertada que o Ministério Público, que soube em maio, não recorreu.”

Troca de acusações. Procurado ontem, o Ministério Público afirmou em nota que denunciou em 31 de agosto de 2010 os nove acusados e nega ter sido responsável pelo atraso no trâmite do processo. “O MP (...) arrolou suas testemunhas, cabendo ao Poder Judiciário marcar audiências para ouvi-las. A responsabilidade pela tramitação do processo é do juiz”, diz o órgão. Segundo o MP, “a interposição de recurso (contra a decisão de soltar os réus) nem sequer teria efeito suspensivo, ou seja, não impediria a libertação”, e não foi adotada.

“O Ministério Público estuda possíveis providências na 25.ª Vara de Justiça, para que possa restabelecer as prisões”, conclui a nota.

Chefe da Rocinha quer unir processos para reduzir pena

● Uma manobra da defesa de Antonio Francisco Bonfim Lopes, o Nem, apontado como chefe do tráfico da favela da Rocinha, pode diminuir seu tempo de condenação. Preso em novembro de 2011, Nem é réu em oito processos em sete varas criminais. A defesa quer que todos sejam reunidos em uma vara.

Para especialistas, se a solicitação for atendida e Nem for condenado em mais de um processo, a pena total pode ser bem menor do que se ele fosse julgado por juízes diferentes. O pedido será analisado hoje, pela 7ª Câmara Criminal do TJ-RJ.

25 SET 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Insatisfeito, Pertence deixa Comissão de Ética

Presidente do órgão renunciou ontem ao cargo lamentando a decisão de Dilma de não reconduzir dois de seus indicados para o colegiado

Irritado com a pressão e ingerência do Planalto na Comissão de Ética Pública da Presidência da República, o presidente do órgão, Sepúlveda Pertence, renunciou ontem ao cargo depois de dar posse aos três mais novos integrantes do colegiado.

Membro da comissão desde 2007, Pertence deixou clara sua insatisfação com as mudanças recentes na nova composição da comissão, especialmente a decisão da presidente Dilma Rousseff de não reconduzir aos cargos dois de seus indicados, Marília Muricy e Fábio Coutinho, que encerraram seus mandatos iniciais no fim de agosto e julho, respectivamente.

A presidente não estava satisfeita com a forma como os dois trabalhavam e já havia se queixado da postura deles. Os dois exigiam mais e mais explicações do ministro do Desenvolvimento, Fernando Pimentel, em relação às denúncias sobre os milionários negócios de sua consultoria

Pertence se convenceu de que ao não reconduzir os dois, uma tradição na comissão, Dilma claramente interferiu nos trabalhos do grupo. Por isso, decidiu abandonar o cargo. A presidente estava insatisfeita com os trabalhos da comissão desde o fim do ano passado, quando a professora Marília Muricy recomendou a demissão do ex-ministro do Trabalho Calos Lupi, por causa das denúncias de irregularidades em convênios da pasta com ONG.

As queixas palacianas foram aumentando à medida que os conselheiros insistiam em exigir inúmeras explicações de Pimentel, um dos mais próximos ministros da presidente. Dilma reclamava ainda que Marília Muricy e Fábio Coutinho acatavam qualquer tipo de pedido de processo que era levado à comissão contra autoridades, sem muito critério.

Tolhido. Pertence, que tinha mandato até 2 de dezembro de 2013, vinha manifestando incômodo na comissão e se sentindo tolhido por causa das frequentes queixas da presidente que chegavam até ele. Ao renunciar ao cargo, Pertence disse não havia “um motivo predominante”.

Para ele, “houve uma mudança radical na comissão”. “Não tenho nada contra os designados, mas devo ser sincero: lamento a não recondução dos que indiquei. Parece-me que pela primeira vez isso acontece, é um fato inédito na história da comissão”, desabafou. Pertence destacou que encaminhava a renúncia ciente de que a comissão continuará servindo “voluntária e gratuitamente como sempre a essa missão às vezes mal compreendida” de “estabelecer uma cultura de ética no Poder Executivo”.

25 SET 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Justiça determina mudança em atestado de óbito de Herzog

Na causa da morte do jornalista constará que 'decorreu de lesões e maus-tratos sofridos em dependência do Exército'

Roldão Arruda

Atendendo a uma solicitação da Comissão Nacional da Verdade, o juiz Márcio Martins Bonilha Filho, da 2.^a Vara de Registros Públicos do Tribunal de Justiça de São Paulo, determinou ontem a retificação do atestado de óbito do jornalista Vladimir Herzog. Pela determinação judicial, daqui para a frente constará que “a morte decorreu de lesões e maus-tratos sofridos em dependência do 2.^o Exército em SP”.

Herzog foi preso em 25 de outubro de 1975, no período do regime militar, e levado para interrogatórios nas dependências do Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi), do 2.^o Exército. Na versão das autoridades da época, ele teria cometido suicídio. No laudo, assinado pelo médico Harry Shibata, consta que morreu “por as-



ARQUIVO AE

Correção. Laudo original diz que Herzog cometeu suicídio

fixia mecânica” – que é a expressão técnica utilizada para os casos de enforcamento.

Repercussão. A recomendação ao magistrado foi assinada pelo coordenador da Comissão da Verdade, ministro Gilson Dipp. Segundo o advogado José Carlos Dias, que também faz parte da comissão, a decisão judicial deverá ter forte repercussão.

“Existem muitos casos semelhantes. Nós já estamos estudando vários outros para encami-

nar à Justiça. A decisão de agora confirma que estamos no rumo certo”, afirmou.

Trata-se de decisão de primeira instância. A Promotoria de Justiça, que se manifestou contra a mudança, pode recorrer.

A Comissão da Verdade tomou a iniciativa atendendo a uma solicitação da viúva do jornalista, a publicitária Clarice Herzog. Em sua decisão, o juiz Bonilha Filho destaca a ação da Comissão, afirmando que “conta com respaldo legal para exercer diversos poderes administrativos e praticar atos compatíveis com suas atribuições legais, dentre as quais recomendações de adoção de medidas destinadas à efetiva reconciliação nacional, promovendo a reconstrução da história”.

O juiz também lembra no texto que, em 2011, a Justiça já havia reconhecido que a morte do jornalista não ocorreu em decorrência de suicídio, “fato alegado com base em laudo pericial que se revelou incorreto”. Faltava, porém, a mudança no atestado de óbito.

O pedido da Comissão da Verdade foi encaminhado em agosto. Na época, também foi entregue cópia da sentença da ação declaratória que dizia não existir provas de enforcamento.

Para a comissão, a tese do enforcamento serviu para encobrir “a real causa da morte, a qual, segundo os depoimentos colhidos em juízo indicam que foi decorrente de maus tratos durante o interrogatório no DOI-Codi”.

Colegiado quer apontar mandantes da tortura

● A Comissão Nacional da Verdade quer saber de onde partiam as ordens, executadas por policiais civis e militares, de tortura, sequestro e desaparecimento de prisioneiros políticos no período do regime militar. Os policiais, segundo integrantes da comissão, não agiam por vontade pró-

pria, mas cumpriam ordens, dentro de uma cadeia de comando.

“A tortura foi uma política de Estado durante a ditadura militar”, diz o sociólogo Paulo Sérgio Pinheiro, um dos sete integrantes da comissão. “As torturas, os desaparecimentos, os assassinatos não foram resultado de excessos cometidos por alguns integrantes do aparato do Estado.”

À comissão, segundo o sociólogo, não interessam apenas informações sobre os agentes acusados de violações de direitos hu-

manos que já são em grande parte conhecidos. “Queremos saber de onde vinham as ordens para a execução dessa política”, afirma Pinheiro.

Em encontro com jornalistas, ontem, em São Paulo, integrantes da comissão revelaram que a principal dificuldade que ainda enfrentam é a falta de documentos da área militar. As solicitações feitas às autoridades militares têm, sempre, uma mesma resposta, de que os documentos foram incinerados.

24 SET 2012

O ESTADO DE S. PAULO

O embate entre o CNJ e o TJSP

Numa sessão que durou mais de sete horas e foi marcada por acirrados debates, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) considerou ilegais as provas orais aplicadas por desembargadores do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) aos candidatos à magistratura, no último concurso de ingresso para o preenchimento de 193 vagas. A maior parte dos conselheiros afirmou que as perguntas não foram técnicas, mas pessoais, e que as avaliações não seguiram critérios objetivos para avaliar o preparo intelectual e o conhecimento jurídico dos candidatos.

Durante as provas orais, que constituem a quarta etapa do concurso e são realizadas em sessões fechadas, sem a presença de público, alguns desembargadores perguntaram a candidatas grávidas se elas “não achavam que já começariam a carreira como um estorvo ao Judiciário”. No caso de candidatas vindas do Distrito Federal, os desembargadores do TJSP afirmaram que “gente de Brasília não costuma se adaptar a São Paulo” e indagaram se eles estavam “convictos de seus propósitos”. No decorrer das entrevistas, também houve perguntas sobre a religião dos candidatos, a profissão de suas esposas e a solidez de seus casamentos.

Por maioria de 8 votos, o CNJ decidiu que 146 candidatos não aprovados na prova oral terão o direito de refazer integralmente o exame e que

as indagações dos desembargadores terão de seguir critérios objetivos e técnicos. O CNJ também decidiu que a prova deverá ser avaliada por uma nova banca examinadora e que as entrevistas não poderão ser “secretas ou fechadas”. No julgamento, os conselheiros classificaram como “vícios graves e grosseiros” alguns procedimentos da banca examinadora do Tribunal, como a realização de sessão secreta de abertura das notas, não lançamento imediato da nota de cada candidato em envelope lacrado e descarte dos envelopes antes do término do concurso.

“Não se compreende como pessoas experientes deixaram de cumprir procedimentos tão simples. O conjunto da obra é absurdo”, disse o relator do processo administrativo, conselheiro Gilberto Valente. “Concursos públicos devem primar pela imparcialidade dos julgadores e pela objetividade dos critérios. Quanto maior a objetividade, maior a imparcialidade. Quanto mais se aproxima da subjetividade, mais se afasta do preceito constitucional da imparcialidade. Esse tipo de entrevista reservada seguiu o caminho inverso. Colocou-se em rota frontal com a Constituição”, afirmou o presidente do CNJ e do Supremo Tribunal Federal, ministro Ayres Britto.

A decisão do CNJ aumentou ainda mais o já elevadíssimo nível de tensão entre o órgão e o maior tribunal brasileiro, em número de juizes e processos. Quando chefiava a Corregedo-

ria Nacional de Justiça, a ministra Eliana Calmon acusou o TJSP de ser a Corte mais “refratária” ao controle externo da magistratura, que foi introduzido pela Emenda Constitucional n.º 45. “Sabe o dia em que vou inspecionar esse tribunal? No dia em que o sargento Garcia prender o Zorro. É o tribunal mais fechado a qualquer ação do CNJ”, disse ela, em setembro de 2011.

Ao justificar as perguntas de caráter pessoal feitas pelos desembargadores que integraram a banca examinadora do último concurso de ingresso, a direção do TJSP alegou que “elas não contaram para a nota”. Ayres Britto refutou o argumento, classificando as entrevistas fechadas como uma “prova psicológica apreciada por regimes de exceção” e acusando a Justiça paulista de ter “turbinado” a subjetividade. “É preciso salvar os examinadores de si mesmos, para que não tenham a possibilidade de expressar suas simpatias e antipatias”, afirmou, depois de acusar o TJSP de ter desrespeitado a Resolução 75 do CNJ, que estabelece as regras para entrevistas e provas orais nos concursos de seleção de magistrados. O TJSP “tem um histórico de descumprimento das regras do CNJ”, disse o conselheiro Jorge Hélio.

Se tivesse compreendido que o controle externo da magistratura foi implantado para valer, a Justiça paulista não teria sofrido o constrangimento de ser enquadrada novamente pelo CNJ – e, agora, de forma exemplar.